



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ. 10.165.165/0001- 77

## **LEI MUNICIPAL Nº. 749/2023**

Estabelece o Programa “**Segurança nas Escolas**”, que visa promover medidas de prevenção e resposta aos ataques e atentados em instituições de ensino no Município de Buenos Aires-PE.

O **Prefeito Constitucional do Município de Buenos Aires-PE**, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que Câmara Municipal **APROVOU** e **ELE SANCIONA** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º** Fica estabelecido o Programa “**Segurança nas Escolas**” como instrumento básico de enfrentamento aos ataques e atentados contra a vida, nos estabelecimentos de ensino do Município de Buenos Aires-PE.

**Art. 2º** São objetivos básicos do **Programa Segurança nas Escolas**:

I – a capacitação profissional e pessoal de professores, funcionários, pais e responsáveis para a identificação redução dos estímulos à violência infanto-juvenil individual ou em grupo, bem como a intervenção precoce, logo nos primeiros relatos de comportamento violento, a fim de orientar os pais e responsáveis, e encaminhá-los aos serviços de atendimento competentes;

II – a promoção de treinamentos e palestras especialmente direcionamentos aos professores, funcionários, pais e alunos, para instruí-los na identificação e resposta a ataques e atentados em escolas no município de Buenos Aires-PE.

III – o desenvolvimento da articulação a nível local, dos órgãos de segurança pública, saúde mental e educação, a fim de viabilizar o pronto e prioritário acionamento e resposta no caso de potenciais ou iminentes ataques e atentados em estabelecimentos de ensino.

IV – Implantar e instituir Patrulhas Escolares, com vista a fiscalização e visita ostensivas às unidades escolares sediadas no município.

✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ. 10.165.165/0001-77

**Art. 3º.** Fica criado, no âmbito do município de Buenos Aires-PE, a **Patrulha Civil Escolar(PCE)**, como instrumento de prevenção e segurança nas Instituições de Ensino do município de Buenos Aires-PE.

**Art. 4º.** Cumpre a Patrulha Civil Escolar (PCE):

I - Atuar na prevenção à violência no ambiente escolar e seu entorno, realizando atividades educativas, patrulhamento e implementando medidas de proteção à comunidade escolar;

II - Promover ações de práticas restaurativas no cotidiano escolar;

III - Aproximar o aparelho de segurança do município e a comunidade escolar, compreendendo as famílias dos alunos e moradores do entorno da instituição de ensino;

IV - Contribuir para a conscientização das crianças em relação aos tipos de violência, reduzindo casos de Bullying e Atos Infracionais no ambiente escolar;

V - Promover a participação dos Conselhos Municipais de Segurança nas atividades desenvolvidas com alunos, suas famílias e comunidade;

VI - Incentivar atividades que promovam a prevenção e combate ao uso de drogas e à violência, como Roda de Conversa, práticas restaurativas dentro do ambiente escolar, palestras abordando o tema, apresentação de vídeos educativos, debates e seminários com toda comunidade escolar;

**Art. 5º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado à **contratação de Patrulheiros Cíveis Escolares**, durante o período, improrrogável, compreendido entre o mês de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2024, em regime de urgência, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e garantir a segurança de todas as unidades educacionais da rede pública e particular de educação, com o quantitativo, vencimentos e jornada de trabalho abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VARGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS
PATRULHEIRO ESCOLAR	20	40 horas/semanais Ou Regime de Plantão de 12/36	R\$ 1.350,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ. 10.165.165/0001- 77

**Art. 6º** As contratações de que trata o artigo 6º desta lei poderão ser rescindidas a qualquer tempo, caso se extingam os motivos que deram origem às mesmas.

**Parágrafo único.** O contrato firmado na forma desta Lei extinguir-se-á, sem direito à indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II – Pela realização de concurso público para preenchimento de cargos da Guarda Municipal;
- III - por iniciativa do contratado;
- IV - por abandono do contratado, caracterizado por falta ao serviço por período superior a 5 (quinze) dias corridos ou 30 (trinta) dias intercalados;
- V - por insuficiência de desempenho do contratado;
- VI - por faltar ao serviço sem justificativa;
- VII - por uso de bebida alcoólica e outras substâncias químicas proibidas em horário de serviço, ou comparecer para o serviço com sintomas de embriaguez ou de uso de substância psicoativa;
- VIII - por desacato à autoridades e a superiores hierárquicos;
- IX - por comportamento imoral, obsceno, desatencioso, desrespeitoso, indecoroso e desonroso com os estudantes, professores, comunidade escolar e a população em geral;
- X - por descumprimento do horário de trabalho predeterminado;
- XI - por ausência de postura na prestação do serviço;
- XII - por ausentar-se, sem a devida autorização ou razão que o justifique, do ponto de serviço designado pelo(a) coordenador(a);
- XIII - por interesse público.

**Art. 7º** Os direitos e as obrigações das contratações previstas nesta lei, serão os constantes do instrumento contratual, aplicando-se, no que couberem, as disposições do regime jurídico dos servidores públicos do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ. 10.165.165/0001-77

**Art. 8º** Os contratados serão inscritos como contribuintes obrigatórios do regime geral de previdência social, mediante as contribuições e custeio que lhes são afetos, em consonância com o estabelecido na legislação federal pertinente, sem qualquer vínculo estatutário ou celetista, com custeio.

**Art. 9º.** Findo o prazo de vigência do contrato, ou no caso de demissão, o contratado perceberá sua gratificação natalina, quando devida, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício no ano, calculada até o mês do distrato ou rescisão.

**Parágrafo único.** A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

**Art. 10** - É vedada a contratação, nos termos desta lei, de servidores ou contratados que mantenham vínculo com a Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios, e respectivas empresas estatais, sob pena de nulidade do contrato e apuração da responsabilidade administrativa do contratante e do contratado, inclusive solidariedade quando da devolução de valores pagos ao contratado, se for culpa deste.

**Art. 11.** Os contratos terão natureza jurídica administrativa, não gerando qualquer vínculo efetivo ou permanente, estabilidade ou efetividade, e tampouco quaisquer direitos e vantagens elencadas pela legislação estatutária municipal ou pela legislação celetista.

**Art. 12.** O contratado nos termos desta Lei não poderá:

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança;
- III - rescindir o contrato em vigência para ser novamente contratado na mesma função;

**Art. 13.** As despesas decorrentes de contratações feitas com base na presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias de pessoal específica de cada unidade orçamentária previstas os respectivos orçamentos.

✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
CNPJ. 10.165.165/0001-77

**Art. 14** – Esta Lei entra em vigor na data de sua aplicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao primeiro dia útil do mês de abril do ano em curso.

**Art. 15** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, 12 de maio de 2023.**

**JOSÉ FÁBIO DE OLIVEIRA**  
-Prefeito-